

SUBSÍDIOS PARA A TRANSIÇÃO

**GRUPO TÉCNICO
TRABALHO**

NOTA 03

Propostas para Economia Solidária

afipea

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea

Subsídios para a Transição de Governo - Grupo técnico: "Trabalho"

Problema	Objetivo	Medida	Justificativa
<p>Falta de uma estrutura administrativa para apoio e o fomento do cooperativismo da Economia Solidária como elementos estratégicos para a organização de trabalhadores autônomos nos mais diversos setores de atividade econômica</p>	<p>Estruturação de uma Secretaria Nacional de Cooperativismo, Economia Popular e Solidária que congregue uma série de instrumentos, programas e projetos voltados à geração de trabalho e renda por meio do fomento do cooperativismo de base solidária no Brasil.</p>	<p>Nessa perspectiva, esta proposta visa embasar a constituição de uma Secretaria Nacional de Cooperativismo, Economia Popular e Solidária, a ser estruturada em torno de uma Secretaria Executiva e 5 diretorias operacionais: i) Inclusão Produtiva e Diversificação; ii) Educação Cooperativista e Assistência Técnica; iii) Fomento e Financiamento; iv) Negócios e Comercialização; e v) Reciclagem Popular. A Secretaria Executiva, além da coordenação política e programática de toda a estrutura operacional, também sediaria o secretariado do Conselho Nacional de Cooperativismo e Economia Solidária, além das coordenações de planejamento e monitoramento e a de estudos e avaliação, responsáveis por subsidiar as diretorias com as informações necessárias para a definição de metas e estratégias de atendimento das demandas sociais. Já para as diretorias propostas, as estratégias são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diretoria de Inclusão Produtiva e Diversificação: tem como objetivo estabelecer os mecanismos estruturantes para fomentar novos grupos produtivos no país, cuja agenda permeia temáticas envolvendo: marcos jurídicos, normatizações e cadastramento; estruturação do cooperativismo de produção, trabalho e saúde mental; inovação e novas tecnologias; empresas recuperadas; agricultura urbana e periurbana; empreendimentos populares e cadeia produtiva do artesanato; agroecologia e ecossistemas produtivos; ações especiais de inclusão produtiva de mulheres, juventude e comunidades tradicionais. • Diretoria de Educação Cooperativista e Assistência Técnica: engloba as diversas ações de assessoramento aos empreendimentos coletivos da Economia Popular e Solidária, bem como a disseminação dos ideais cooperativistas na sociedade, com destaque para as seguintes ações: assistência técnica e assessoramento para cooperativas e outros empreendimentos associativos; formação e qualificação de trabalhadores associados; incubadoras e extensão universitária; sistema nacional de informações do cooperativismo. • Diretoria de Fomento e Financiamento: apresenta um leque variado de programas estruturantes para os empreendimentos de economia solidária urbanos e rurais no Brasil, tais como: crédito e finanças solidárias; Plano Safra da agricultura familiar; projetos de infraestrutura (habitação, eletrificação, estrutura hídrica, agroindústria, logística e distribuição). • Diretoria de Negócios e Comercialização: visa a dinamização econômica de empreendimentos em seus respectivos territórios para agregação de valor em seus produtos e acessarem novos mercados, com uma agenda programática voltada a apoiá-los nas diferentes etapas de sua estruturação, tais como: compras públicas (PAA, PNAE, outros mercados institucionais); comércio justo; cadeia do biocombustível; promoção de produtos da sociobiodiversidade; feiras e eventos internacionais. • Diretoria de Reciclagem Popular: tem como objetivo fomentar e executar ações de apoio aos catadores de material reciclável e seus respectivos empreendimentos cooperativos, para que possam acessar posição de maior relevância na cadeia produtiva da reciclagem e atender a demandas públicas de programas de coleta seletiva municipais, com destaque para: estruturação e expansão do cooperativismo de reciclagem; inclusão de catadores em programas de coleta seletiva; logística reversa, infraestrutura de reciclagem popular; rotas tecnológicas de reciclagem; articulação interministerial e interfederativa para políticas de apoio aos catadores. 	<p>A decisão política de se criar uma estrutura administrativa para estimular o Cooperativismo Solidário no Brasil tem como ponto basilar o reconhecimento da organização coletiva dos trabalhadores urbanos e rurais como elemento fundamental dentro de um projeto ampliado de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Por meio do cooperativismo, com os devidos instrumentos de crédito, assessoramento e comercialização, os trabalhadores passam a dispor de uma estratégia viável para a criação de empreendimentos autogestionários em todo o país, fomentando a criação de trabalho e renda dignos.</p> <p>O cooperativismo também pode ser encarado como instrumento importante de execução direta e indireta de políticas públicas nas diversas temáticas da agenda governamental, como o combate à fome e ao desemprego, gestão de resíduos sólidos, saúde pública, educação, entre outras, seja como prestadores de serviço, seja como fornecedores de produtos para compras públicas. Portanto, o fomento ao cooperativismo sob a perspectiva da Economia Solidária constitui-se um elemento de extrema relevância para o Brasil não apenas cumprir com os preceitos constitucionais de cidadania, sobretudo em um contexto de grandes mudanças tecnológicas, como também atingir as metas acordadas internacionalmente nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).</p>